

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO DECENTE:

a autogestão na Cooperativa Coopmundaú, em Maceió/AL

Ana Maria Rita Milani*
(UFAL, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v10i15.1019>

Resumo: No final da década de 1990, a OIT desenvolveu o conceito de Trabalho Decente como um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. A relação entre a Economia Solidária e o Trabalho Decente gera interações fundadas na solidariedade e igualdade, visando as práticas da autogestão. Este artigo se propõe analisar a prática da autogestão na economia solidária como instrumento do trabalho decente na cooperativa Coopmundaú no bairro Vergel do Lago em Maceió, Alagoas. A metodologia foi a pesquisa-ação na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. O artigo concluiu que o conceito de Trabalho Decente traz inserida a ideia de que este pode ser um caminho para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Trabalho Decente. Economia Solidária. Autogestão. Maceió/AL.

SOLIDARITY ECONOMY AND DECENT WORK: self-management in the Coopmundaú cooperative in Maceió, Alagoas, Brazil

Abstract: At the end of the 1990s, the ILO developed the concept of Decent Work conceptualized as productive and adequately remunerated work, carried out in conditions of freedom, equity, and security, capable of guaranteeing a dignified life. The relationship between Solidarity Economy and Decent Work generates relationships based on solidarity and equality, aiming to overcome this performance through self-management. This article proposes to analyze the practice of self-management in the solidarity economy as an instrument of decent work in the Coopmundaú cooperative in the Vergel do Lago neighborhood - Maceió, Alagoas. The methodology was action research in which the researcher makes clear the relevance of practice and intervention in the investigation process. The article concluded that the concept of Decent Work brings the idea that this is a fundamental way to reduce poverty and social inequalities.

* Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Economia, do qual é vice coordenadora; coordena a Incubadora de Tecnologia Social. É membra do Conselho Estadual de Trabalho e Renda do Estado de Alagoas (CETR/AL). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2842-381X>. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972095945639777>. E-mail: anamilani16@hotmail.com

Self-management and solidarity economy are presented as a democratic space for generating income for Coopmundaú cooperative members.

Keywords: Decent Work. Solidary Economy. Self-Management. Maceió/AL, Brazil.

ECONOMÍA SOLIDARIA Y TRABAJO DECENTE: la autogestión en la cooperativa Coopmundaú de Maceió, Alagoas, Brasil

Resumen: A finales de los años 1990, la OIT desarrolló el concepto de Trabajo Decente como trabajo productivo y adecuadamente remunerado, realizado en condiciones de libertad, equidad y seguridad, capaz de garantizar una vida digna. La relación entre Economía Solidaria y Trabajo Decente genera interacciones basadas en la solidaridad y la igualdad, apuntando a prácticas de autogestión. Este artículo tiene como objetivo analizar la práctica de la autogestión en la economía solidaria como instrumento de trabajo decente en la cooperativa Coopmundaú del barrio Vergel do Lago en Maceió, Alagoas. La metodología fue la investigación acción en la que el investigador deja clara la relevancia de la práctica y la intervención en el proceso de investigación. El artículo concluyó que el concepto de Trabajo Decente trae consigo la idea de que éste puede ser un camino para reducir la pobreza y las desigualdades sociales.

Palabras clave: Trabajo Decente. Economía Solidaria. Autogestión. Maceió/AL, Brasil.

Introdução

No final da década de 1990, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveu e passou a disseminar o conceito de Trabalho Decente conceituado como um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho. A década de 2000, no Brasil, transformou-se num ponto de inflexão em relação a indicadores econômicos e sociais que evidenciaram uma melhora na distribuição da renda e na redução da desigualdade. Isto acontece, fundamentalmente, pelas mudanças ocorridas nas políticas públicas que visaram a inclusão social e produtiva das populações mais pobres do país. A primeira década do século XXI se apresentou como a mais bem vivenciada pelo país em termos distributivos, sendo que entre 2001 e 2011, a renda média das famílias cresceu mais de 30%; a desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini caiu mais de 10%; e as taxas de extrema pobreza e de pobreza recuaram, respectivamente, 4 pontos percentuais (p.p.) e 12 p.p. (IPEA, 2020). Este fenômeno se apresentava como um ponto alentador para futuro, no entanto, na década de 2010 derrubou-se esse cenário positivo, evidenciando que o país viveu a pior recessão desde a redemocratização, um *impeachment* traumático, a eleição mais polarizada da nossa história e a recuperação econômica mais lenta que já experimentamos.

Considerando a última década do século XXI, observa-se que o Brasil apresentou queda da taxa média agregada de desocupação de 11,7% em 2002 para 4,8% em 2014 (Ipea, 2015). No entanto, se considerarmos os anos entre 2014 e 2019, a taxa de desocupação volta a aumentar passando de 4,8% para, aproximadamente, 12% em 2019.

Ou seja, a economia brasileira, neste último período, não reage satisfatoriamente em relação à taxa de ocupação e desemprego, o que pode ser atribuído ao baixo crescimento do PIB nos últimos anos. Neste contexto, observa-se um quadro, no qual a crise econômica repercutiu no mercado de trabalho do Brasil e existem poucas perspectivas de reversão da situação no curto prazo. As mudanças acontecidas no Brasil impactam na economia alagoana. Na década de 2000, Alagoas insere-se no bojo das políticas sociais que foram aplicadas nacionalmente nesse período, o que faz com que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhore. Diante do exposto, é importante salientar que, apesar de se ter melhorado o IDH, o estado de Alagoas ainda continua numa situação delicada em relação ao *ranking* dos estados no país. Por outro lado, se analisamos dados do Índice de Vulnerabilidade Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea 2022), observa-se que até 2019 Alagoas apresentou um nível de 0,329 sendo maior - que o do Brasil que atingiu o valor de 0,236, mostrando a precariedade do Estado no aspecto social. Segundo as faixas de classificação do índice valores entre 0,2 e 0,3 correspondem à baixa vulnerabilidade, sendo a de 0,3 a 0,4 considerado um nível intermediário. A chegada da pandemia de Covid-19 refletiu na queda da produção e o aumento da taxa de desemprego, o qual, decerto, produzirá um aumento da vulnerabilidade nos próximos anos.

Assim, nesse contexto de precarização do trabalho e aumento da vulnerabilidade, surgem organizações sociais e cooperativas como alternativas às grandes contradições próprias do capitalismo, que por um lado geram crises e, por outro, movimentos buscando saídas e superação da situação de desemprego e da necessidade de geração de renda. As cooperativas de economia solidária apresentam-se como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam modificar as condições de vida sob a forma da organização coletiva do trabalho. Os protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e das formas de precarização. A relação entre a Economia Solidária e o Trabalho Decente pode ser construída a partir das práticas fundadas na solidariedade e igualdade entre os homens e mulheres, visando superar a divisão entre capital e trabalho, por meio de ações autogestionárias e cooperativas nas organizações, sendo instrumento de inclusão social e finalmente, tendo como perspectiva o direito a um trabalho saudável.

Este artigo se propõe analisar como a prática da autogestão em um Empreendimento de Economia Solidária (EES), a cooperativa Coopmundaú no bairro Vergel do Lago (Maceió-Alagoas), contribui para a promoção do trabalho decente, conforme definições da OIT.

Para pensar essas organizações sociais advindas da classe trabalhadora utilizamos os conceitos vinculados à economia solidária, como solidariedade, cooperação e autogestão, para neles caracterizar o que emerge como nova possibilidade de ser relacionado ao Trabalho Decente. Consideraremos, também, alguns elementos resgatados na pesquisa realizada na Incubadora de Tecnologia Social (ITS-FEAC) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas que contou com o apoio financeiro da Pró-reitoria de Extensão. O projeto com título *“Fortalecimento da autogestão no bairro Vergel do Lago, Maceió-Alagoas: Coopmaris e Coopmundaú”*, o qual teve como objetivo o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária no bairro do Vergel do Lago (Maceió-Alagoas) no estado de Alagoas procurando a articulação e a capacitação para a produção e comercialização dos produtos.

A metodologia utilizada é aquela que rege as ações e processos de incubação da Incubadora de Tecnologia Social que tem como ponto de partida a dialética fundamentada em Marx (1974; 1974a; 2004) e Paulo Freire (1989; 1992; 1993), considerando a interrelação entre a teoria e a prática como forma de interpretar a realidade e propor ações de intervenção que visem integrar o conhecimento acadêmico com o popular. Assim, as condições reais foram sempre o ponto de partida para a condução de diversas atividades para levar a frente ações de intervenção na realidade contraditória da associação. Assim, a metodologia pode ser interpretada na concepção da *pesquisa-ação*, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Nesta perspectiva, é a pesquisa que articula uma relação entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento.

A interação ocorre prevendo a participação dos membros da universidade (pesquisadores, professores e discentes) como mediadores do processo de produção de conhecimentos, dentro de uma noção de aprendizagem coletiva que prevê a ligação entre a condição real do sujeito e sua potencialidade, como também os processos de organização social populares, no sentido de que entre os saberes populares e os saberes socialmente constituídos haja um processo de rupturas e avanços. Cabe salientar que entendemos que no processo de construção, a ITS-FEAC não tem o papel de dizer qual o caminho, mas apontar, indicar e mediar as análises, sugestões e ações juntamente com os participantes de forma democrática. Nunca se inicia um processo a partir de uma hierarquia que estaria dada pelo saber acadêmico. Freire (1992) enfatiza a ideia de que a vida é um elemento chave para a produção da aprendizagem, e que a produção do conhecimento é sempre mediada pelas condições contraditórias de uma realidade em transformação. Com este entendimento metodológico, neste artigo, apresentaremos os resultados encontrados do processo de incubação da cooperativa de catadoras e catadores de materiais recicláveis, a Coopmundaú.

Além desta introdução, na primeira seção será abordado o conceito de trabalho decente, suas origens, caracterização e evolução. Na segunda seção, apresentar-se-á a contextualização da economia solidária, definições e caracterização da autogestão. Na terceira seção, será apresentada a contextualização da economia solidária no bairro Vergel do Lago (Maceió-Alagoas), caracterizando a autogestão e sua relação com o trabalho decente. Por fim, as considerações finais.

Delimitando o conceito de trabalho decente

Em 1998, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, visando estabelecer garantias mínimas aos trabalhadores em um contexto de crescente interdependência econômica. Em 1999 essa instituição formalizou o conceito de trabalho decente como uma forma de reforçar a missão histórica de promover o trabalho produtivo e de qualidade entre homens e mulheres como condição necessária para eliminar a pobreza e as desigualdade sociais. A OIT ao reforçar o compromisso com o trabalho decente pretende atingir 'trabalhadores e trabalhadoras' -homens, mulheres e jovens- e não apenas trabalhar com a ideia do emprego formal e protegido, ou seja, ampliar o alcance para aquelas pessoas que estão fora do trabalho estruturado (ABRAMO, 2010).

O conceito de trabalho decente pode ser caracterizado como todo trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, apoiando-se em quatro pilares ou estratégias: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento do direito de negociação coletiva; eliminação do trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação; 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social e 4) diálogo social (ABRAMO, 2010).

Com relação ao primeiro ponto, respeito às normas internacionais do trabalho, representam direitos básicos os quais podem servir como base para a conquista de outros direitos e capacidades, sendo que os estados membros da OIT estão obrigados a direitos e princípios. A estratégia de emprego de qualidade refere-se a vários pontos, como por exemplo, aspectos sociais, estabilidade no trabalho, segurança, entre outros. A terceira estratégia, extensão da proteção social, se fundamenta na ideia de que muitas atividades são inseguras devido serem irregulares ou provisórias, porque envolvem risco físico. Nesse sentido, a proteção social é fundamental para garantir a qualidade de vida do trabalhador, como também alcançar os trabalhadores informais. A quarta e última estratégia, diálogo social, relaciona-se com a necessidade de os trabalhadores terem garantida sua voz em temas como o diálogo social sobre problemas que afetem seus direitos.

Segundo Nascimento (2022) o Trabalho Decente poderia ser como uma condição fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Rodgers (2002, p. 13) argumenta que o trabalho decente envolve mais do que a mera realização de uma atividade em condições adequadas, tais como as perspectivas de futuro, o equilíbrio da vida laboral e familiar, a igualdade de gênero, a possibilidade de poder expressar-se e de ser escutado no ambiente de trabalho e na comunidade. Assim, Nascimento (2022) salienta que o Trabalho Decente significa um caminho para fugir da pobreza, enquanto para Rogers (2022, p.14) representa uma questão de dignidade humana. Para Sachs (2002), o Trabalho Decente tem como base conceitual o paradigma do capitalismo reformado, reconhecendo as desigualdades das economias periféricas e centrais. Para o autor, o Trabalho Decente é núcleo do "desenvolvimento includente", que sustenta que não só é necessário a criação de um número maior de empregos, mas também considerar a qualidade das atividades e o tipo de relações humanas que gera. Quer dizer, na visão de Sachs (2004) todos os trabalhos deveriam abranger o conceito "Decente" da OIT.

Como Olson e Lavall (2020) argumentam que o Trabalho Decente está condicionado a eliminação de aspectos negativos que o limitam. Nesse sentido, segundo Azevedo Neto (2015) as dimensões negativas são formadas por: a) eliminação do trabalho forçado; b) erradicação do trabalho infantil; c) fim da discriminação no meio laboral e; d) ausência de impedimentos à participação sindical e à negociação coletiva. Por outro lado, retirados os entraves, a dimensão positiva é constituída por: e) liberdade de escolha do trabalho; f) igualdade de oportunidades; g) saúde e segurança; h) remuneração justa; i) licitude da atividade desenvolvida e j) lazer e aposentadoria digna (Azevedo Neto; 2015, p. 60-65). Assim, essas características que definem o Trabalho Decente nem sempre são encontrados integralmente na prática de um labor, independentemente de ser ou não um país desenvolvido. Por causa disso, o Trabalho Decente pode ser entendido como uma aproximação dessas características e princípios expostos que outorgarão uma maior ou

menor proximidade à definição do conceito. Entretanto, o Trabalho Decente abrange dimensões quantitativa e qualitativa do emprego, sendo que não apenas propõe medidas dirigidas à geração de postos de trabalho e ao enfrentamento do desemprego, mas também à superação de formas de trabalho com renda insuficiente para que os indivíduos superem situações de pobreza ou atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes.

Leite e Cacciamali (2019) assinalam que a partir de 2008 a OIT aprovou uma metodologia que busca o monitoramento e avaliação da promoção do trabalho decente, que consiste no acompanhamento de uma série de indicadores que se agrupam em dez dimensões sobre a natureza do trabalho. Esses dados podem encontrar-se no nível municipal e são os seguintes:

1. oportunidades de emprego;
2. rendimentos adequados e trabalho produtivo;
3. jornada de trabalho decente;
4. conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar;
5. trabalho a ser abolido;
6. estabilidade e segurança no trabalho;
7. igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego;
8. ambiente de trabalho seguro;
9. seguridade social e
10. diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores.

Podemos argumentar que o Trabalho Decente tem sua agenda definida desde a década de 1990 pela OIT e reafirmada por outros organismos e fóruns internacionais como também países que aderem aos princípios estabelecidos nela.

Economia solidária e sua definição

Vários autores definem a economia solidária, no Brasil, Paul Singer (2002a) é o autor que pauta consideravelmente esses estudos, sustentando que ela surge como modo de produção no interior da sociedade capitalista há mais de 200 anos. Para o autor, a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins de lucro. Para o autor, a economia solidária deverá aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas; relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento; ela não prescinde inteiramente do Estado, mas deve buscar a sua autonomia; ter como base a história do movimento anticapitalista. Para Grade (2006) a solidariedade é nexos social que permite aglutinar ao redor de si os trabalhadores para além do salário e do lucro. A solidariedade remete à liberdade e busca de condições intersubjetivas da integridade pessoal e ultrapassa a lógica do interesse.

Gaiger (2013) observa que o surgimento de cooperativas populares dentro da economia solidária, revitaliza a discussão sobre o cooperativismo, frisando que o mesmo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias que formou o movimento operário. Nesse sentido tanto o cooperativismo solidário quanto a economia solidária em pleno século XXI, explica Gaiger (2013), reeditam a estratégia histórica dos trabalhadores. Essa estratégia permite aludir a um paradigma cooperativo, cuja longevidade explica-se por sua consistência utópica, assim como seu pragmatismo e abertura diante das constantes mudanças em que prosperou (Namorado, 2007).

No Brasil surge durante as décadas de 1980 e 1990, quando o país estava se desindustrializando, houve um alto nível de desemprego por causa das demissões em massa e por causa da crise econômica do período, os empreendimentos econômicos solidários cresceram como alternativa de geração de trabalho e renda para os trabalhadores (Singer, 2002;2014).

Alguns trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, se inserem nessa prática, que com esses fatores econômicos, políticos e sociais acabam por contribuir para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões horizontais (Silva, 2015, p. 3).

A economia solidária se fortalece com sua institucionalização, quando em 2003, durante o Governo Lula, foi criada a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) como uma das estratégias ao desenvolvimento econômico brasileiro, que foi posteriormente acoplada ao Ministério do Trabalho, conjuntamente foram criados: o Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Munarim, 2007; Silva, 2015; Singer, 2014). Em 2005, a SENAES realiza um mapeamento em todo o país, que gerou o Atlas da Economia Solidária (2006), com o objetivo de apresentar dados a respeito da economia solidária. Constatando que há presença de empreendimentos econômicos solidários em todas as regiões do país, na área urbana e rural, sob a forma de grupos informais, associações e cooperativas.

Nesse primeiro ano de levantamento, foram identificados um total de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), distribuídos em 2.274 municípios do Brasil. Desses empreendimentos, fazem parte um milhão duzentos e cinquenta mil trabalhadores, que fazem circular algo em torno de quinhentos milhões de reais por mês, por meio de múltiplas formas de organização (Munarim, 2007, p. 33).

A economia solidária engloba diversos segmentos, como a agricultura familiar, catadores de recicláveis, artesanato, alimentos, crédito, comercialização entre outros. Dessa forma, a agricultura familiar vai incorporando diversas atividades, possibilitando a busca por uma renda que garanta a sua sobrevivência, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Na visão de Singer (2002), a economia solidária surge como uma forma de proporcionar uma realidade mais igualitária e menos competitiva aos trabalhadores. A principal característica da economia solidária segundo Singer (2002) é a autogestão, nas palavras do autor "autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam" (SINGER, 2002. p. 23). Lima (2006) entende que a economia solidária não é exatamente um movimento social, mas uma nova forma de

estruturar o trabalho e a geração de renda através da autogestão, tendo a produção como um movimento de resistência ao desemprego e a exclusão social. Neste sentido, a autogestão para Lima (2006) passa a representar a autonomia dos atores, pois o trabalho autogestionário eleva as condições de vida. Ou seja, a autogestão se transforma no ponto fundamental da organização do trabalho na economia solidária. Tauille (2004) salienta que o surgimento da economia solidária se apresenta como expressão da criação de grande número de cooperativas urbanas, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento entre a sociedade civil e as políticas públicas. Uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento. O grau de apoio institucional torna-se fundamental para esses empreendimentos que tem um contexto econômico com elevados índices de desocupação e baixo nível de renda. Para Grade (2010), a economia solidária se apresenta como um processo revolucionário dos homens produtores diretos, em sua *práxis* histórica determinada, sob o modo de produção capitalista que gera elementos para a superação de sua alienação.

A solidariedade aparece como forma de superação do capital e de suas categorias: salário e lucro, sendo um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida. Concomitantemente a esta ideia, Razeto (1990) argumenta que os grupos solidários funcionam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão rudimentar ou intuitiva. No entanto, nesses grupos surge uma racionalidade diferente, que evidencia a força da solidariedade que combinada a esses poucos recursos potencializa os resultados obtidos. França Filho (2002) salienta que a economia solidária pode ser interpretada como um novo relacionamento entre economia e sociedade a partir de uma outra forma de regulação, identificando uma série de experiências organizacionais numa nova dinâmica social.

Autogestão na economia solidária

A autogestão é uma característica fundamental da economia solidária, transformando-se num caminho democrático da organização do trabalho que se aproxima ao Trabalho Decente. No cooperativismo e na economia solidária, segundo Lima (2010), o trabalho é valorizado na seguinte perspectiva: pela autonomia e democratização que as cooperativas adotam ao serem autogestionárias, acabando com a relação de subordinação do trabalho assalariado, transformando-se ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores. Assim, o trabalhador passa a ser o responsável pela produção. Nascimento (2015, p.19) argumenta que "a autogestão é mais um "ideal" de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção". A autogestão seria uma construção permanente das práticas do socialismo na que o poder está nas mãos dos trabalhadores. Assim, a autogestão nas cooperativas ou nos empreendimentos de economia solidária fornece possibilidades de se apropriar dos meios de produção e, dessa forma, obter a possibilidade de geração de renda.

Nos dias hodiernos, a autogestão pode ser interpretada de diferentes formas. Segundo Souza (2003), na perspectiva da economia solidária, a autogestão é um processo educativo e transformador que transcende a esfera econômica, perpassando pela autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção

crecente de autonomia e dos direitos cidadãos. É modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, da participação e do envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ANTEAG, 2005). A autogestão é definida por Albuquerque (2003) como o conjunto de práticas democráticas na tomada de decisão gerando uma autonomia no grupo que se transforma no exercício de poder compartilhado. Nesse sentido, as relações sociais geradas a partir da autogestão independem da estrutura organizativa. Dessa forma, a economia solidária possibilita a geração de uma organização de produção democrática, na qual os trabalhadores desenvolvem empreendimentos constituídos por práticas solidárias, tendo como resultado o fruto do trabalho coletivamente executado é distribuído em sua totalidade entre os trabalhadores.

Nesta seção buscamos definir conceitos de economia solidária e de autogestão, observando que elas fazem parte de uma dinâmica social que permitem a construção de processos democráticos para superar a exclusão e marginalidade de populações vulneráveis. Nesse sentido a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Esses experimentos, ao longo dos anos de sua constituição, têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social. Essas organizações acionaram ao longo de sua constituição instrumentos pedagógicos, de gestão, de estratégias e de materiais que pode indicar elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em xeque o espaço do capital como forma de reprodução destas populações.

Contextualização no bairro Vergel do Lago, Maceió/AL

Com uma área de 510.655 km², a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, tem uma população estimada em 1.025.360 (IBGE, 2020), distribuídos em 50 bairros dentro os quais se encontra o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). Situado numa área predominantemente de restinga, esse complexo possui um espaço geográfico formado por depósitos arenosos, paralelos a linha da costa, constituinte de diversas ilhas em sua formação (Pedrosa *et al.*, 2017, p. 176). A ação das marés permite a influência direta do mar até uma distância significativa da linha de costa, estendendo-se até, aproximadamente, 25 km continente adentro. O CELMM abrange sete municípios: a) na lagoa Mundaú, estão Maceió, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco e b) na lagoa Manguaba estão Marechal Deodoro e Pilar. Segundo Wanderley *et al.* (2020) é um dos ambientes mais representativos do litoral alagoano e apresenta um valor socioeconômico significativo para o estado de Alagoas. Assim, esses autores afirmam que o CELMM constitui uma importante fonte de sobrevivência para as populações que vivem em suas margens e dele retiram elevada porcentagem ou a totalidade do seu sustento.

No município de Maceió encontra-se a orla lagunar do Bairro do Vergel do Lago, na qual existe o trecho conhecido como Dique Estrada que se tornou um dos principais focos da proliferação de aglomerados subnormais. O surgimento desses aglomerados pode ser

atribuído, em parte, a atividade da pesca artesanal de subsistência fortemente praticada na região que levou a construção dessas moradias irregulares que constituem as favelas: Sururu de Capote, Torre, Muvuca e Mundaú. A maioria da população que vive no local sobrevive em barracos improvisados de forma desordenada.

Pedrosa *et al.* (2017) argumentam que a ocupação em áreas de vulnerabilidade ocorre principalmente pelo alto custo de compra e venda imobiliária, sendo essas regiões extremamente afetadas em decorrência do despejo sem tratamento do esgoto. Além disso, existem outros tipos de poluição como esgoto doméstico, lixo urbano, agrotóxicos utilizados na agricultura e na indústria, queima, corte e aterro de manguezais etc. Isto afeta a produtividade da atividade pesqueira, no entanto, a Lagoa Mundaú se destaca pela alta produção de sururu, molusco com fonte de proteínas de alto valor biológico e ácidos graxos. A partir do trabalho de extensão da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC), da Universidade Federal de Alagoas, podemos observar como se apresenta a autogestão na Associação Coopmundaú que promove a coleta seletiva na região.

Evolução recente do Trabalho Decente no município de Maceió-Alagoas

Nesta seção, apresentaremos algumas das dimensões da medição do Trabalho Decente as quais são escolhidas como categorias que darão subsídio para alcançar nosso objeto de estudo. Nesse sentido, serão elencados os seguintes indicadores: contexto econômico e social, rendimento adequado e oportunidades de emprego, diálogo social e representação do trabalho decente.

Com relação ao indicador de contexto econômico e social, é importante frisar que o setor econômico que mais participa na produção de Alagoas é o de serviços, no entanto, o que mais mobiliza o mercado de trabalho é o setor agrícola, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. O setor industrial é constituído basicamente por usinas açucareiras, fábricas de beneficiamento de algodão e sisal e fábricas de tecidos, apresentando desenvolvimento relativamente pequeno. Entretanto, a economia alagoana é pouco diversificada e, apesar dos esforços, ela continua girando em torno da cultura canavieira e dos serviços.

De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Maceió em 2019 contribuiu com 39,71% do total produzido no estado de Alagoas, sendo o município que ocupa o primeiro lugar em participação no PIB, seguido por Arapiraca o qual representa 8,44% e no terceiro lugar Marechal Deodoro 4,09% de participação (Smartlab, 2023). Existe uma grande concentração da produção no município de Maceió, sendo que esses três municípios mencionados concentram mais de 50% da produção do estado.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Maceió ocupa o primeiro lugar no estado com um valor de 0,721 sendo quase um 70% maior que o último que corresponde ao município de Inhapi, como mostra a tabela 1. O IDH do Estado de Alagoas atinge um nível de 0,631 sendo menor que o do município.

Tabela 1- Alagoas: Índice de desenvolvimento humano municipal (2010)

MUNICÍPIO DE ALAGOAS	VALOR DO IDH	CLASSIFICAÇÃO
----------------------	--------------	---------------

MACEIÓ	0,721	1
MARECHAL DEODORO	0,642	5
CAMPO ALEGRE	0,570	40
CRAÍBAS	0,525	87
INHAPI	0,484	102

Fonte: Smartlab, 2023.

Com relação ao diálogo social observa-se que no município de Maceió em 2016 existiam 94 sindicatos de categorias profissionais ativos e 48 sindicatos de categorias econômicas, espaços que possibilitam uma troca com a sociedade quanto a demandas e necessidades dos trabalhadores em diferentes áreas. Para a economia solidária no estado de Alagoas se tem como espaço de discussão, diálogo e articulação o Fórum de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária que facilita o diálogo entre os atores da política pública e a sociedade que é representada nos espaços de reunião, fazendo com que as demanda das cooperativas e associações fiquem evidenciadas.

3.2 Surgimento e criação da cooperativa Coopmundaú

A Coopmundaú surgiu primeiramente como Associação de Catadoras e Catadores da Lagoa Mundaú (Associação Catamundaú) que se constituía como uma instituição de interesse social, sem fins lucrativos, constituída por catadoras e catadores de materiais recicláveis e que tem como objetivo principal promover a coleta seletiva. Primeiramente, surge de forma informal no ano 2020, período de isolamento pela crise sanitária do covid-19, com ajuda de um grupo de catadores individuais que encontravam dificuldades na inserção no mercado de trabalho assim como na geração de renda. Esses catadores percebiam que era mais difícil enfrentar as dificuldades econômicas individualmente, decidindo criar a associação para organizar coletivamente o trabalho. A Associação Catamundaú, que foi criada em 2021, tinha como objeto promover os direitos sociais, a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos associados, organizar os catadores e catadoras associados para a prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem, armazenagem, reaproveitamento, beneficiamento, reciclagem e apoio à comercialização dos materiais coletados e beneficiados. No começo, a coleta do material se realizava de forma manual e com carro de mão no bairro do Vergel.

Sendo assim, o grupo foi identificado e contatado pela Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (Coopvila), durante o trabalho de coleta seletiva de recicláveis em posto de entrega voluntária mantido na região sob a responsabilidade da Coopvila. A Coopvila que participa da coleta seletiva no município de Maceió, tendo como base constitucional a economia solidária, decidiu realizar uma parceria para trabalhar em rede com a Catamundaú que ainda carecia de maquinários para a produção. Nessa parceria, a Coopvila realiza capacitações com relação ao trabalho e processo de produção facilitando a prensa do material coletado pela Catamundaú. Nesse experimento de trabalho conjunto, a essência da economia solidária é levada à prática com as ações conjuntas que realizam as cooperativas que são: o processo de produção e comercialização.

O contato com a experiência de organização da Coopvila motivou o grupo a se organizar, buscando o apoio de parceiros que atuavam na região na área do cooperativismo e de apoio comunitário. A adesão voluntária das instituições que hoje se articulam para dar suporte à Associação – a Coopvila, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu – CEASB, a Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Instituto Ideal, possibilitou o início da capacitação dos catadores, bem como ações pela organização da coleta seletiva em grupo, com o suporte da Coopvila. A associação contou ainda com o apoio do município para cessão de espaço físico no Ecoponto do Vergel e do Ministério Público do Trabalho. Em parceria com o Instituto IDEAL, o Ministério Público do Trabalho (MPT) garantiu recursos para adquirir equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e fardamentos. Atualmente, já conseguiram comprar um caminhão que facilita a coleta seletiva. No ano 2023 a Associação Catamundaú dada a consolidação de seu trabalho se transforma em cooperativa Coopmundaú, passo que abriu outras possibilidades como a contratação da cooperativa pela Prefeitura de Maceió para realizar a coleta seletiva nos bairros. A conquista da sede definitiva é uma das metas fundamentais para a associação que pretende futuramente se transformar numa cooperativa de trabalho.

Atualmente, a Coopmundaú conta com 24 cooperadas e cooperados com características de vulnerabilidade correspondente ao local onde moram, analfabetismo, mulheres chefas de família e obtém uma renda mensal de aproximadamente 300 reais, sendo insuficiente para o sustento de uma família. Porém, a partir da prática do cooperativismo, pode se vislumbrar caminhos que levem a ter ferramentas para superar o subdesenvolvimento e a vulnerabilidade.

Embora a Associação Coopmundaú tenha sido criada recentemente, os resultados obtidos por intermédio da pesquisa de campo levada a diante pela ITS-FEAC-UFAL mostraram vários indícios da existência de um trabalho organizativo e institucional com evidências de sustentabilidade.

A metodologia aplicada para concretizar o processo de incubação esteve fundamentado num trabalho de campo, que teve como ponto de partida a busca de diálogo com as cooperadas da Coopmundaú, para a construção dos planos de negócios, levando em consideração processos democráticos. Para tanto, neste projeto específico da Coopmundaú, deu-se importância ao processo organizativo e comunitário, a formação de lideranças, a importância das decisões coletivas, e das corresponsabilidades entre os membros. A universidade como parceira contribuiu com a democratização de saberes produzidos socialmente, mediando novos saberes que se constituem a partir dos saberes praticados. A metodologia que fundamenta os processos de incubação prima pela observação detalhada, acompanhamento da cooperativa pela coordenação e pelos bolsistas, através de visitas mensais, entrevistas, aplicação de questionários, conversas e diálogos informais que levantem informações sobre as demandas da cooperativa.

A construção do plano de negócios ou de ações partiu das condições concretas e reais da cooperativa, cujas demandas eram muitas e necessárias para o desenvolvimento e viabilidade do mesmo. Assim, o planejamento das ações buscava viabilizar o fortalecimento e a organização da produção da Coopmundaú, dado que eles eram trabalhadores individuais e agora começavam a se organizar como cooperativas. Dessa forma, foram construídas ações que fazem parte do plano de negócio:

1. Articulação e organização de reuniões para levantamento de demandas: foram planejadas reuniões no sistema híbrido no período de pandemia, e logo depois, de forma presencial.
2. Planejamento e organização da produção: capacitação sobre realização da triagem do material junto a Coopvila
3. Procura de arranjo institucional junto à Prefeitura da capital do estado para cessão do espaço para realização do trabalho de coleta seletiva e armazenamento de materiais.
4. Planejamento e implementação de cursos de capacitação que subsidiariam o fortalecimento, sendo eles: a) cooperativismo e economia solidária; b) formação de lideranças; c) gestão da cooperativa; d) noções de contabilidade; e e) métodos de partilha.

A partir de então, podemos observar as dificuldades enfrentadas pela Coopmundaú sendo os seguintes pontos positivos e negativos:

Quadro I – Características positivas e negativas da Cooperativa Coopmundaú

Características Positivas	Características Negativas
Cooperação	Falta de equipamentos para o processo produtivo
União	Falta de espaço físico para realização da produção
Colaboração com outras cooperativas	Falta de políticas públicas
Participação social em espaços democráticos	
Decisões coletivas em assembleia	

O questionamento que se levanta a partir dos elementos elencados como características positivas, se eles podem se transformar na promoção do Trabalho Decente para os cooperados que participaram da pesquisa. Assim, na próxima seção teceremos as relações que permitirão nos aproximar de uma resposta.

Evidência das possibilidades de Trabalho Decente na Coopmundaú

O Quadro 1 expõe as principais características positivas encontradas na Coopmundaú. Essas características se identificam com a economia solidária e a autogestão, prática necessária para obter a cooperação, união, colaboração, democracia e decisões coletivas. Assim, podemos observar que autogestão pode ser relacionada com a estratégia do diálogo social que, como foi definido na primeira seção, é relacionado com a necessidade de os trabalhadores terem garantida sua voz em temas que versem sobre problemas e que afetam os direitos. Observamos que os cooperados realizam assembleias todos os meses, sendo elas espaços de debate, discussão e tomada de decisão. Esses espaços são os que garantem os direitos e a satisfação das necessidades que surjam na associação, tendo no

plano coletivo a sua resolução. Dessa forma, facilita-se o diálogo com os atores sociais, como por exemplo, universidade, conselhos, fóruns, etc. A forma de organização do trabalho autogestionária se aproxima com a agenda do Trabalho Decente. Além disso, a participação da associação no conselho estadual permite a construção de uma estratégia de desenvolvimento inclusiva, na qual os trabalhadores participam de forma mais ativa, opondo-se às políticas que são formadas de "cima para baixo".

Ainda buscando mais elementos que articulem a prática da economia solidária à construção de fomento ao Trabalho Decente, podemos destacar que apesar da renda ainda ser baixa na Coopmundaú, a economia solidária se apresenta como um espaço de geração de trabalho e renda para muitos trabalhadores que não conseguiriam um labor com características de formal. Nesse sentido, tanto a economia solidária como o Trabalho Decente procuram a geração de renda.

Outro aspecto referente à relação entre o conceito de Trabalho Decente e a economia solidária corresponde à possibilidade de interconexão dos aspectos negativos apresentados no Quadro 1, falta de maquinários e espaço físico para realizar a produção, os quais destacam as assimetrias relativas de renda e produtividade, que se não forem superadas perpetuariam a condição de pobreza que impedem o acesso dos mais pobres ao Trabalho Decente. Nesta perspectiva, destaca-se o experimento social da Coopmundaú relaciona-se com a prática colaborativa e solidária de produção em rede com a Coopvila para transformar o empecilho da falta de equipamentos numa solução conjunta. Nesse sentido, permite-se que os materiais recicláveis possam ser comercializados. A lição importante que pode ser extraída deste diálogo social de prática conjunta e solidária de produção é que se permite viabilizar o aumento da produção para gerar renda para aqueles excluídos do emprego, objetivando o enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade de renda no bairro Vergel do Lago (Maceió- Alagoas).

Considerações finais

Nosso objetivo foi verificar a existência de diferentes características autogestionárias na cooperativa Coopmundaú e como essas características podem se aproximar ao Trabalho Decente. O conceito de Trabalho Decente traz inserida a ideia de que este é um caminho fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

A autogestão e a economia solidária se apresentam como um espaço democrático de geração de renda para os cooperados da Coopmundaú, sendo importante destacar o papel da associação no resgate da dignidade humana, uma vez que esses trabalhadores ficavam expostos a condições sub-humanas de trabalho, além de ficarem expostas a inúmeras doenças na coleta do material reciclável. Após serem inseridas nesse novo contexto de trabalho, passaram a ser vistos pela sociedade como trabalhadores com condições de trabalho mais dignas e também com novas formas de relações sociais. E ainda, em função da preparação para a autogestão, essas pessoas melhoraram sua autoestima e adquiriram nova postura, formando um ser humano mais integral, desenvolvido em seus aspectos humano, social, cultural e político.

Os pontos positivos encontrados a partir do projeto de pesquisa da Incubadora de Tecnologia Social da UFAL podem se tornar instrumentos para a efetivação de políticas de

Trabalho Decente. No entanto, o sucesso da agenda do Trabalho Decente depende de um esforço compartilhado entre governo, empregadores e trabalhadores, considerando que ele é fundamental para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

Referências

ABRAMO, Laís. Trabalho decente: o itinerário de uma proposta. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 151-171, jul./set. 2010. Disponível em: <https://s3.ama> Acesso em: 31 junho, 2023.

ALBUQUERQUE, P.; Autogestão. *In*: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, 21-26.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira Editoria, 2005.

AZEVEDO NETO, P. T. **O trabalho decente como um direito humano**. São Paulo: LTr, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002.

FREIRE, P. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. São Paulo: Vozes, 1989

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 82, p. 211-259, 2013.

GRADE, Marlene. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório**: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Florianópolis, 2006, 407 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível: <https://www.ipea.gov.br/portal/> Acesso em: 31 março, 2023.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**, n. 25, Dez, 2010.

LEITE, L.M.L.; CACCIAMALI, M.C. Metodologia de efetivação do diálogo social: Estudo da Agenda Bahia do Trabalho Decente. **Revista Nau Social**. V.10 n.18, mai-out. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**. Livros 1, 2 e 3. São Paulo: Difel, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Lisboa: Tempo e Presença, 1974a.

MUNARIM, Aquiles. **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: superação do capitalismo?** Florianópolis: 2007, 57 f. TCC (Graduação em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo: história e horizontes**. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania, Coimbra, v. 1, p. 9-35, 2007.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo” (Prefácio). *In*: Dickmann, I., & Dickmann, I. (Org.) **A questão da habitação popular** — Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.

OLSON, G.; LAVALL, T.P. Os limites e possibilidades do Estado-Nação na promoção do Trabalho Decente no marco da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 18, n. 28, p. 115-144, maio/ago. 2020.

PEDROSA, Alan do Nascimento; *et al.* Dique Estrada: desvendando os impasses para o desenvolvimento nas comunidades da lagoa Mundáu-Maceió-AL. **Revista de Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 21, n. 1, p. 173-184, 2017.

RODGERS, Gerry. El trabajo decente como una meta para la economía global. **Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional**, Montevideo, n. 153, p. 9-28, 2002. Disponível em: https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_articulo/rodger.pdf. Acesso em: 12 jul. 2018

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos**. Brasília: OIT, 2002. Documento preparado para a Comissão sobre Dimensão Social da Globalização.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. II CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. São Carlos: 2015.

SINGER, Paul. DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 56, p.89-93, fev. 2014. Semestral.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 16, n. 1-2, p.100-112, dez. 2001. UNIFESP.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 22, n. 62, p.289-314, abr. 2008. UNIFESP.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 129 p.

SAMRTLAB, Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros, 2023 , Disponível: <https://smartlabbr.org/trabalhodcente>. Acesso em: 28 junho, 2023.

SOUZA, A. R.; Um instantâneo da economia solidária no Brasil. *In*. Singer, P.; Souza, A. R. (2003). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 7- 10, 2003.

TAUILE, J.R.; RODRIGUES.H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **Revista Mercado de Trabalho**. IPEA, 2004.

Submetido em: 30/05/2024

Aprovado em: 09/04/2025

Publicado em: 13/04/2026



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)